

DECRETO-LEI Nº 173, DE 22 DE ABRIL DE 1970.

Dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça do Estado de Goiás e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, combinado com o Ato Complementar nº 49, de 27 de fevereiro de 1969, e tendo em vista o que consta do processo nº 2.05-05915/69, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º — As custas e emolumentos devidos pela expedição, preparo e execução dos feitos judiciais e dos atos notariais, judiciais e extrajudiciais, serão contados e cobrados de acordo com o presente Regimento e as tabelas anexas, que dele fazem parte integrante.

Art. 2º — Os atos previstos em lei ou decorrentes dos estilos do Foro, não taxados neste Regimento, considerar-se-ão gratuitos, não se admitindo qualquer interpretação por analogia, paridade ou extensão.

Art. 3º — As custas e emolumentos judiciais serão exigíveis:

a) — pelos escrivães, peritos, avaliadores, intérpretes, tradutores, distribuidores, partidores, contadores, depositários, porteiros e oficiais de justiça, depois de proferida a sentença final, transitada em julgado;

b) — pelos tabelães, oficiais do registro de imóveis, do registro civil das pessoas naturais, do registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas, do registro de protestos de títulos, do registro de interdições, emancipações e tutelas, após a conclusão do ato.

Art. 4º — As custas e emolumentos serão cotados, pelos serventuários que os cobrarem, nos autos e documentos entregues às partes.

Parágrafo Único — Não havendo autos ou documento a serem entregues às partes, o serventuário expedirá recibo da importância cobrada, sob pena de multa correspondente ao dobro do valor cotado ou indicado, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais.

Art. 5º — O serventuário que não observar os prazos estabelecidos na legislação processual para o andamento dos autos perderá, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais, a metade das custas que lhe forem devidas.

Parágrafo Único — O contador deverá promover as deduções previstas neste artigo e observar os prazos a que estiver sujeito, sob pena de incidir nas sanções no mesmo estabelecidas.

Art. 6º — A parte depositará em cartório a importância de NCr\$ 5,00, sendo NCr\$ 3,00 para o escrivão fazer face às despesas iniciais do processo e NCr\$ 2,00 para ocorrer aos gastos com a condução do oficial de justiça, quando das primeiras diligências, importâncias essas que serão deduzidas ou devolvidas afinal, conforme o caso.

Parágrafo Único — O escrivão fornecerá, obrigatoriamente, à parte, recibo da importância depositada e lavrará nos autos a respectiva certidão.

Art. 7º — Os advogados e os representantes do Ministério Público e da Fazenda Pública, no exercício de suas funções e profissão, para o fim de obterem dados ne-

cessários ao pedido de certidões, traslados ou documentos, poderão verificar registros e assentamentos em qualquer cartório ou ofício, sem o pagamento de custas, emolumentos ou despesas.

Art. 8º — Salvo disposição em contrário, as custas do processo são da responsabilidade da parte que tiver sido condenada ao seu pagamento e as dos atos não processuais serão pagas por quem os houver requerido.

Art. 9º — As despesas com publicações e outros atos não processuais promovidos a pedido de mais de uma pessoa serão rateadas na proporção do interesse de cada requerente.

Art. 10 — As custas previstas neste Regimento deverão ser pagas diretamente ao escrivão do cartório por onde tramitar o feito, o qual terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para distribuí-las.

CAPÍTULO II

Da Contagem das Custas

Art. 11 — Na conta de custas serão incluídas as despesas de condução, remoção de bens, transporte, alimentação e hospedagem dos Juizes, representantes do Ministério Público e Fazenda Pública, de serventuários e funcionários da justiça, publicações, indenização de testemunhas e quaisquer outros dispêndios que decorram diretamente e necessariamente do processo, inclusive os realizados com a produção de documentos reclamados à instrução da causa, desde que devidamente comprovados nos autos.

Art. 12 — Nas certidões, traslados, alvarás, ofícios, cartas de sentença e outras peças extraídas dos autos, livros ou documentos em que as custas são cobradas por folha ou página, a primeira página terá, no mínimo, 25 (vinte e cinco) linhas, e, as seguintes, 33 (trinta e três).

§ 1º — As linhas conterão pelo menos 50 (cinquenta) letras datilografadas ou 40 (quarenta) manuscritas.

§ 2º — Serão devidas custas quando se tratar de única ou última página, na impossibilidade de cumprir-se o disposto neste artigo e seu § 1º.

Art. 13 — As despesas de condução, alimentação e hospedagem dos serventuários e funcionários da justiça, dos peritos e arbitradores, quando não fornecidas pela parte, serão arbitradas pelo juiz da causa, que levará em consideração, além de outras circunstâncias relevantes, o local da diligência e os meios de transporte utilizados.

Parágrafo Único — Nas diligências extraprocessuais, as despesas superiores a NCr\$ 0,80 (oitenta centavos) serão pagas ou considerar-se-ão quitadas quando de sua efetiva comprovação pelo serventuário ou funcionário interessado.

Art. 14 — As custas previstas nas tabelas anexas não reembolsam o que o serventuário ou funcionário houver despendido com taxas e outras despesas fiscais.

Art. 15 — Quando a tabela estabelecer custas variáveis em relação aos valores, o cálculo da remuneração devida pelo ato terá por base exclusivamente o taxado na faixa a ele relativa, proibida a contagem progressiva.

Art. 16 — Considera-se como termo do prazo de pagamento das custas o trigésimo dia posterior à intimação prevista no artigo 17 ou da decisão que resolver sobre a respectiva impugnação.

Art. 17 — Elaborada a conta de custas, dela serão intimados obrigatoriamente e independentemente de despacho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as partes ou seus procuradores e, quando intervierem no feito, os representantes do Ministério Público e da Fazenda Pública.

Parágrafo Único — Feita a intimação da conta de custas, terão os interessados o prazo de 3 (três) dias para a reclamação prevista no artigo 18.

CAPÍTULO III

Das Reclamações e Recursos

Art. 18 — Contra a cobrança excessiva ou indevida de custas e outras despesas, poderá o interessado ou representante do Ministério Público reclamar, por cota nos autos, quando dirigida ao Juiz da causa, ou por petição autuada em separado, nos demais casos:

a) à Corregedoria Geral da Justiça;
b) ao Juiz da causa, quando relativas a ato de processo;
c) ao Diretor do Forum, quando referentes a ato de tabelionato, de ofício da justiça ou decorrente de processo findo;

d) ao Presidente do Tribunal de Justiça, quando exigidas por serventuários ou funcionários desse órgão.

§ 1º — Ouvido o reclamado dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a autoridade competente proferirá decisão em igual prazo.

§ 2º — Dessa decisão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua ciência, caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Desembargador Corregedor Geral da Justiça, salvo nas hipóteses do parágrafo seguinte.

§ 3º — Se a decisão for do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Desembargador Corregedor Geral da Justiça, o julgamento do recurso será da competência do Tribunal Pleno.

Art. 19 — As dúvidas relativas à aplicação deste Regimento e das tabelas anexas serão resolvidas pela autoridade judiciária competente para conhecer das reclamações.

Art. 20 — O Desembargador Corregedor Geral da Justiça velará pela fidelidade das interpretações deste Regimento, promovendo-lhes a unificação, através de provimento, quando divergentes.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 21 — Os serventuários ou funcionários da justiça que receberem custas excessivas ou indevidas, ou infringirem as disposições deste Regimento e das tabelas anexas, serão obrigados a restituir a importância cobrada a mais ou indevidamente, e punidos com multa igual a 5 (cinco) vezes a importância cobrada a maior ou suspensão de até 90 (noventa) dias, impostas "ex-officio", a requerimento de qualquer das partes ou do Ministério Público, pela autoridade judiciária que conhecer da falta ou da reclamação apresentada, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 22 — A multa prevista no artigo anterior será recolhida aos cofres do Estado, a título de Receitas Diversas, no prazo de 5 (cinco) dias, mediante guia expedida pela autoridade que houver aplicado a sanção, juntando-se ao processo em que for imposta a penalidade o comprovante do recolhimento.

Parágrafo Único — Constituirá falta grave, para a aplicação de nova penalidade prevista no artigo 21, o não recolhimento da multa e a não restituição da importância cobrada excessiva ou indevidamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 23 — O serventuário ou funcionário da justiça que houver sofrido qualquer das punições previstas no artigo anterior ficará sujeito, em caso de reincidência, à pena de demissão, mediante processo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO V

Das Isenções

Art. 24 — São isentos de custas:

I — os processos de dúvida reclamação quanto à cobrança de custas;

II — os feitos promovidos pelo Ministério Público, salvo quando houver réu vencido que esteja sujeito a seu pagamento;

IV — os processos de levantamento em favor de órfãos ou interditos, quando o depósito for de valor igual ou inferior ao salário mínimo mensal vigente na Capital do Estado;

V — os assentos de nascimento, casamento e óbito de pessoas pobres, à vista de atestado de pobreza, devidamente autenticado, fornecido por autoridade local;

VI — os procedimentos e atos praticados em favor de beneficiário da justiça gratuita, os requisitados por autoridade competente e os que forem expressamente declarados gratuitos por lei federal ou estadual, devendo ficar consignado no documento o fim a que se destina;

VII — os processos de registro de nascimento, as certidões e todo e qualquer ato destinado ao alistamento eleitoral, que gozam de urgência e preferência.

Art. 25 — Nos atos e procedimentos de interesse de menores e maiores absolutamente incapazes, poderá o Juiz reduzir ou dispensar o pagamento das custas, tendo em vista a condição econômica das partes ou as circunstâncias de cada caso.

Art. 26 — A Fazenda Pública Estadual, as Autarquias e Fundações estaduais são isentas do pagamento de quaisquer custas, emolumentos e despesas definidas no presente Regimento.

Art. 27 — Ao Ministério Público incumbe fiscalizar permanentemente o cumprimento deste Regimento e das tabelas anexas, sem prejuízo de idênticas atribuições conferidas aos Juizes.

Art. 28 — É vedada a cobrança de percentagem sobre executivos fiscais.

Art. 29 — As disposições deste Regimento e de suas tabelas aplicam-se a todos os processos pendentes de julgamento e os atos extraprocessuais não concluídos na data do início de sua vigência.

Art. 30 — Dentro de 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente decreto-lei, os serventuários e funcionários da justiça afixarão nos cartórios e outros locais destinados ao seu trabalho, em lugar visível e franqueado ao público, cópia das tabelas de custas concernentes ao seu ofício ou serventia, sob pena de multa de NCr\$ 100,00, recolhida aos cofres do Estado, nos termos do artigo 22, e aplicável cada vez que se constatar a omissão.

Art. 31 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis n.ºs. 936, de 13 de novembro de 1953; 1.978, de 4 de dezembro de 1956; 1.588, de 24 de setembro de 1957; 1.931, de 1º de setembro de 1958; 3.932, de 13 de novembro de 1961, e 5.889, de 21 de julho de 1965, e as demais disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 22 de abril de 1970, 82º da República.

OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA
Luiz Barreto Correa de Menezes Neto

TABELA I INSTANCIA INFERIOR

Nº 1 — Diligência:

a)	Dentro da cidade ou vila, sede da comarca ou do termo ... Nota 1ª — Fora da cidade ou vila, sede da comarca ou do termo, mais NCr\$ 0,20 por quilômetro ou ficção de quilômetro, até o máximo de NCr\$ 20,00. Nota 2ª — Aos Juizes em serviço orfanológico nunca se contará estada maior que a de 3 (três) dias, qualquer que seja o tempo excedente em que permaneçam fora da sede da comarca ou do termo. Nota 3ª — Serão devidas apenas custas de diligência pelos casamentos realizados fora da sala das audiências, do cartório ou da casa do Juiz. Nota 4ª — As custas serão devidas mesmo de a diligência não se realizar por qualquer causa, a não ser por ato ou omissão do Juiz ou do escrivão. Nota 5ª — Realizando-se mais de uma diligência, em causas diversas, no mesmo lugar e na mesma ocasião ou momentos sucessivos, as custas e demais despesas serão rateadas entre as partes interessadas. Nota 6ª — A parte que requer a diligência ou tiver interesse no andamento do feito fornecerá condução ao Juiz. Não fornecendo a condução, a parte pagará a respectiva despesa, na base de NCr\$ 0,50 por quilômetro de ida e volta, para o transporte dos Juizes, escrivães, curadores gerais e à lide, avaliadores e arbitradores, oficiais de justiça, porteiro dos auditórios e auxiliares da justiça. Nota 7ª — Os Desembargadores, pelo que praticarem em função singular, tanto no civil como no crime, terão direito ao reembolso das despesas de diligência dos Juizes de 1ª instância em iguais atos.	NCr\$	2,00
----	--	-------	------

TABELA II ATOS DOS JUÍZES DISTRITAIS

Nº 2 — Conciliação:

Nas conciliações de qualquer natureza, os emolumentos serão cobrados sobre o valor dos bens questionados, solidariamente, dos transigentes ou requerentes, na percentagem de ...
Nota 1ª — Não realizada a conciliação, ou versando ela sobre objetos de valor inestimável ...
Nota 2ª — Fixa-se em NCr\$ 5,00 o mínimo em NCr\$ 20,00 o máximo dos emolumentos.

Nº 3 — Diligência para casamento:

a)	Para celebração em casa particular, dentro do perímetro da cidade, vila ou arraial ... Nota 1ª — Fora desses limites, mais NCr\$ 0,20 por quilômetro, fornecendo a parte interessada	NCr\$	8,00
----	---	-------	------

a respectiva condução.
Nota 2ª — Além desses emolumentos, nenhum mais é devido, sob qualquer título ou pretexto, sendo gratuito o ato realizado na sala das audiências, em cartório ou em casa do Juiz.

TABELA III DOS DEPOSITÁRIOS, INVENTARIANTES, LIQUIDANTES, TUTORES E TESTAMENTEIROS JUDICIAIS

Nº 4 — Depositário:

Os depositários públicos ou judiciais terão direito, sobre o produto da venda em hasta pública ou de qualquer outra modalidade de transação que tenha por objeto bens sob sua guarda ...
Nota 1ª — Quando houver acôrdo ou desistência, 1% sobre o valor da causa e mais 3% sobre os aluguéis ou rendas produzidas pelos mesmos bens.
Nota 2ª — Sendo inestimável o valor da causa, o Juiz arbitrará aplicando-se as percentagens estabelecidas neste número.
Nota 3ª — Em qualquer hipótese é fixado o limite máximo de NCr\$ 200,00.

Nº 5 — Inventariante e liquidante:

Os inventariantes e os liquidantes judiciais terão direito, além das percentagens de 2% a 5% sobre o monte partível ou sobre o ativo verificado, e das importâncias ou valores recebidos para dar destino imediato, mais ...

Nº 6 — Tutor e testamenteiro:

Além da vintena, os tutores e testamenteiros judiciais, quando curadores especiais ou à lide, perceberão as custas de advogado, de acôrdo com a respectiva tabela e pagas por ocasião da realização dos atos ou nos casos de vista, quando os autos lhes forem entregues.

TABELA IV ATOS DOS ADVOGADOS E SOLICITADOS

Nº 7 — Acusação:

a)	Perante o Tribunal do Júri ...	NCr\$	10,00
b)	Perante o Juiz Singular ...	NCr\$	5,00

Nº 8 — Arbitramento:

Do valor de qualquer feito ...	NCr\$	2,00
--------------------------------	-------	------

Nº 9 — Artigo:

a)	De renovação, oposição, assistência ou rateio ...	NCr\$	3,00
b)	De execução, habilitação, atentado, liquidação de sentenças e quaisquer outros ...	NCr\$	3,00

Nº 10 — Assistência:

a)	A ato judicial, por dia, na sede do Juízo respectivo ...	NCr\$	2,00
----	--	-------	------

b)	Fora da sede, mais de NCr\$ 0,20 por quilômetro ou fração de quilômetro, até o máximo de NCr\$ 8,00.		
Nº 11 — Contestação ou defesa:			
	Em qualquer ação	NCr\$	3,00
Nº 12 — Contraminuta:			
	De agravo	NCr\$	3,00
Nº 13 — Contrariedade:			
a)	A libelo criminal	NCr\$	3,00
b)	Sendo apenas por negação	NCr\$	1,00
Nº 14 — Declaração:			
	Finais em arrolamentos ou inventários	NCr\$	2,00
Nº 15 — Defesa:			
a)	Sustentação oral, perante o Tribunal do Júri	NCr\$	10,00
b)	Sustentação oral, perante o Juiz Singular, não se tratando de contravenção	NCr\$	5,00
c)	Tratando-se de contravenção	NCr\$	3,00
d)	Escrita, perante qualquer Juiz	NCr\$	8,00
Nº 16 — Embargos:			
a)	De declaração	NCr\$	2,00
b)	Em ação ou processo especial, bem como de terceiros	NCr\$	3,00
c)	A sentença ou acórdão e à execução	NCr\$	4,00
Nº 17 — Impugnação de embargos:			
	De exceção ou de qualquer incidente	NCr\$	3,00
Nº 18 — Inquirição ou reinquirição:			
	De cada testemunha em processo cível, ou criminal, inclusive justificação	NCr\$	1,00
Nº 19 — Libelo:			
	Em processo criminal	NCr\$	3,00
Nº 20 — Minuta:			
	De agravo	NCr\$	3,00
Nº 21 — Petição:			
a)	De queixa	NCr\$	3,00
b)	Inicial de qualquer ação, de falência ou concordata	NCr\$	3,00
c)	Inicial de outros processos, acessórios ou de qualquer outro incidente	NCr\$	2,00
d)	Não compreendido nas espécies mencionadas	NCr\$	2,00
Nº 22 — Quesitos:			
a)	Para exames, vistorias ou arbitramento	NCr\$	3,00
b)	Suplementares	NCr\$	1,00
Nº 23 — Razões ou alegações:			

b)	Em processos acessórios, tendo havido discussão	NCr\$	3,00
c)	Tendo corrido à revelia, em qualquer dos casos previstos nas alíneas anteriores deste número	NCr\$	2,00
d)	Sobre documento oferecido pela parte contrária	NCr\$	1,00
e)	De recurso, ou apelação em processo criminal	NCr\$	4,00

Nº 24 — Requerimento:			
	Por cota nos autos (exceto se for de prorrogação para dizer nos termos de vista) ou em audiência	NCr\$	2,00

Nº 25 — Resposta:			
	Nos autos, ou em petição, sobre requerimento ou exigência	NCr\$	2,00

Nº 26 — Sustentação:			
	De embargos	NCr\$	3,00
	Nota única — As custas contadas aos advogados, provisionados ou solicitadores serão devidas à Caixa de Assistência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, e arrecadas pelo escrivão respectivo que as recolherá, na Capital, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, e, no interior do Estado, dentro de 15 (quinze) dias, sob as penalidades legais.		

TABELA V
ATOS DOS TABELIAES

Nº 27 — Escritura e procução em causa—própria:			
I — pela lavratura, inclusive o traslado, de escritura e procurações em causa—própria, sobre o seu valor:			
a)	Até NCr\$ 200,00	NCr\$	20,00
b)	Até NCr\$ 400,00	NCr\$	25,00
c)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	30,00
d)	Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	40,00
e)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	50,00
f)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	60,00
g)	Até NCr\$ 30.000,00	NCr\$	70,00
h)	Até NCr\$ 40.000,00	NCr\$	80,00
i)	Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$	90,00
j)	Até NCr\$ 60.000,00	NCr\$	100,00
l)	Até NCr\$ 80.000,00	NCr\$	120,00
m)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$	140,00
n)	Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$	160,00
o)	Até NCr\$ 300.000,00	NCr\$	180,00
p)	Até NCr\$ 400.000,00	NCr\$	200,00
q)	Até NCr\$ 600.000,00	NCr\$	250,00
r)	Até NCr\$ 700.000,00	NCr\$	300,00
s)	De NCr\$ 700.000,01 em diante	NCr\$	400,00
II — De escrituras sem valor declarado e não previstas em outro item			
		NCr\$	25,00
III — De escrituras de testamento público e pela aprovação de testamento cerrado			
		NCr\$	50,00
IV — De escrituras de constituição ou especificação de condomínio em planos horizontais e suas modificações, pela convenção			
		NCr\$	50,00
V — Por unidade autônoma constante da especificação			
		NCr\$	10,00
Nota 1ª — É vedada a conta-			

Nota 2ª — Ficam estabelecidos, em qualquer caso, o mínimo de NCr\$ 20,00 e o máximo de NCr\$ 400,00.

Nota 3ª — Nas escrituras de alienação de edifícios de dois ou mais pavimentos, divididos em salas ou apartamentos autônomos, e de loteamentos inscritos, o máximo dos emolumentos é elevado para NCr\$ 500,00.

Nota 4ª — Se a escritura for instrumento de mais de um contrato relacionados entre si serão devidos emolumentos por inteiro pelo contrato de maior valor, exclusivamente.

Nota 5ª — Nas escrituras de permuta os emolumentos serão calculados exclusivamente sobre o bem de maior valor.

Nota 6ª — Nas escrituras de quitação e nas procurações em causa—própria declaradas sem efeito por culpa ou a pedido das partes, as custas serão contadas pela terça parte do fixado no número 27 desta tabela, assegurado o mínimo de NCr\$ 7,00 e limitado o máximo em NCr\$ 50,00.

Nota 7ª — As custas das escrituras, procurações ou subestabelecimentos remuneram o fornecimento do traslado.

Nota 8ª — Serão acrescidos de 10% os emolumentos devidos pelos atos que, a pedido das partes, forem lavrados fora do cartório ou depois do horário normal do expediente.

Nota 9ª — Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, tabelas de impostos, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para recolhimento de tributos relativos às escrituras, remunerando os emolumentos previstos nesta tabela todo o trabalho dos tabeliães.

— Procuração simples:

Procurações ou subestabelecimentos pela lavratura, em livro impresso ou não, relativamente ao primeiro outorgante Por outorgante que crescer, não sendo cônjuge, mais NCr\$ 1,00.

NCr\$ 6,00

Pela averbação de revogação ou renúncia pelo reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente firma, por firma

NCr\$ 3,00

NCr\$ 0,30

Pela autenticação de plantas, mapas e documentos semelhantes, de fotocópias e outras reproduções fotográficas, conferência e conserto de instrumentos não constantes de suas notas, por fôlha

NCr\$ 0,20

Nas procurações simples ou subestabelecimentos declarados sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer dos outorgantes, serão devidas emolumentos pela metade do taxado no número 27 desta tabela, fixado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 50,00.

Nº 29 — Certidão e pública forma:

a)	Certidões ou públicas formas pela primeira página	NCr\$ 4,00
b)	Por página seguinte	NCr\$ 2,00
c)	Pelas buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão	NCr\$ 2,00

TABELA VI ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Nº 30 — Transcrição e inscrição:

Item I — Pelas transcrições ou inscrições em geral, inclusive a certidão, sobre seu valor:

a)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$ 10,00
b)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 15,00
c)	Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 20,00
d)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 25,00
e)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 40,00
f)	Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 60,00
g)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$ 80,00
h)	Até NCr\$ 150.000,00	NCr\$ 100,00
i)	Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$ 120,00
j)	Até NCr\$ 250.000,00	NCr\$ 140,00
l)	Até NCr\$ 300.000,00	NCr\$ 160,00
m)	Até NCr\$ 400.000,00	NCr\$ 200,00
n)	Até NCr\$ 500.000,00	NCr\$ 250,00
o)	De NCr\$ 500.000,01 em diante	NCr\$ 300,00

Item II — De transcrições ou inscrições sem valor declarado NCr\$ 10,00

Nota 1ª — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela.

Nota 2ª — As custas deste número remuneram também as averbações obrigatórias decorrentes dos atos de transcrição e inscrição.

Nota 3ª — Fica assegurado, em qualquer caso, o mínimo de NCr\$ 10,00, e limitado o máximo em NCr\$ 300,00.

Nº 31 — Averbação:

a)	Averbações em geral, inclusive a certidão, sobre seu valor, serão devidos emolumentos pela metade do taxado no número 30, fixado o mínimo de NCr\$ 5,00, e limitado o máximo em NCr\$ 150,00, excetuando-se as hipóteses previstas nos números 32, 33 e 34 desta tabela.	
b)	Averbações em geral, sem valor declarado	NCr\$ 10,00

Nº 32 — Loteamento:

a)	Pela inscrição de memorial do loteamento urbano ou rural	NCr\$ 50,00
b)	Por lote urbano, mais NCr\$ 2,00	
c)	Por lote na zona rural, mais NCr\$ 1,00	
d)	Averbações de compromisso de compra e venda e desmembramento de área, resultando em mais de um lote, por lote NCr\$ 2,50	
e)	Cancelamentos de averbações, inclusive as notificações, por lote NCr\$ 2,50	
f)	Averbações de construções, inclusive a certidão	NCr\$ 8,00

Nota única — Ficam assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 300,00.

Nº 33 — Condomínio:

- a) Pela inscrição de memorial de incorporação, sobre o valor total da obra e por todo o processo
 - b) Pelo registro da convenção, sobre o valor total da obra
 - c) Pela autenticação, por folha NCr\$ 0,20
- Nota 1ª — Ficam assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 300,00.
- Nota 2ª — Havendo adiamento do registro, será pago, pela prenotação, o emolumento mínimo, cuja importância será, afinal, deduzida do devido pelo registro.
- Nota 3ª — As publicações na imprensa correrão por conta dos interessados ou instituidor do loteamento.
- Nota 4ª — Nos emolumentos previstos nesta tabela estão incluídos os de arquivamentos, averbações nos registros anteriores, nas inscrições de promessas pre-existentes, indicações reais e pessoais, talões, comunicações, guias, extratos de matrizes de registro terrenos, e tudo que for necessário para complementar os atos.
- Nota 5ª — Nos contratos em que houver um ou mais pactos, os emolumentos são apenas os do número 30, proibida a cobrança por mais de um ato.

0,2 %
0,1 %

Nº 34 — Cédula rural:

- a) Pela inscrição da cédula rural sobre seu valor:
 - b) Até NCr\$ 200,00
 - c) Até NCr\$ 500,00
 - d) Até NCr\$ 1.000,00
 - e) Até NCr\$ 1.500,00
 - f) De NCr\$ 1.500,01 em diante
- Nota 1ª — Em qualquer caso o limite máximo dos emolumentos é de 1/4 do salário mínimo da região.
- Nota 2ª — O Juiz de Direito da comarca procederá à correção no livro "Registro de Cédulas de Crédito Rural", uma vez por semestre, no mínimo.

0,1 %
0,2 %
0,3 %
0,4 %
0,5 %

Nº 35 — Notificação:

- a) Pelas notificações, excetuada a hipótese prevista no número 32, alínea "e", em zona urbana
 - b) Em zona rural
 - c) Com hora certa, mais
 - d) Por pessoa que crescer, sendo encontrada no mesmo local da primeira, mais NCr\$ 0,50.
 - e) Sendo encontrada em outro local, mais NCr\$ 1,00.
- Nota única — As importâncias especificadas neste número remuneram também a certidão de realização do ato.

NCr\$ 4,00
NCr\$ 10,00
NCr\$ 2,00

TABELA VII ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Nº 36 — Casamento:

- a) Habilitação, compreendendo todos os atos do processo, inclusive preparo de papéis, pu-

- mas, diligências, registro e certidão de habilitação na sede do fórum ou em cartório
- b) Em residência particular
- c) Pela dispensa total ou parcial do prazo do proclama, por todo o processo
- d) Inscrição do casamento religioso no registro civil, inclusive a certidão extraída do livro — talão

NCr\$ 40,00
NCr\$ 70,00
NCr\$ 10,00
NCr\$ 10,00

Nº 37 — Nascimento:

- a) Registro no prazo legal
- b) Fora do prazo legal, até 12 anos
- c) Acima de 12 anos, incluindo-se o requerimento
- d) Mediante justificação, por todo o processo

NCr\$ 6,00
NCr\$ 10,00
NCr\$ 15,00
NCr\$ 25,00

Nº 38 — Óbito:

- a) Registro no prazo legal
- b) Fora do prazo legal
- c) Mediante justificação, por todo o processo

NCr\$ 6,00
NCr\$ 10,00
NCr\$ 25,00

Nº 39 — Processo de averbação, retificação, restauração, cancelamento:

- a) Processo de averbação, retificação, restauração ou cancelamento do registro de nascimento, casamento ou óbito, mediante prova documental, até final
- b) Mediante justificação, por todo o processo

NCr\$ 10,00
NCr\$ 25,00

Nº 40 — Inscrição:

- De sentença declaratória de casamento em processo judicial

NCr\$ 8,00

Nº 41 — Registro:

- De sentença ou inscrição de emancipação, aquisição definitiva da nacionalidade brasileira e de qualquer outro ato cujo registro a lei exija, e pela transcrição de registro de nascimento, casamento e óbito verificados no estrangeiro, incluída a certidão fornecida à parte

NCr\$ 15,00

Nº 42 — Averbação:

- a) Averbação ou retificação de assento, quando lavrada à margem do registro
- b) Sendo necessário continuação em outra página, mais NCr\$ 2,00.
- c) Quando referente a desquite, anulação de casamento ou restabelecimento de sociedade conjugal

NCr\$ 3,00
NCr\$ 15,00

Nº 43 — Certidão:

- a) Pelas certidões em geral de ato praticado no ano do pedido
 - b) De 1 a 5 anos
 - c) De mais de 5 a 20 anos
 - d) De mais de 20 anos
- Nota 1ª — As custas referidas nos números 36, 37 e 38 incluem a respectiva certidão extraída em seguida à realização do ato.

NCr\$ 4,00
NCr\$ 6,00
NCr\$ 7,00
NCr\$ 12,00

dos ficam obrigados a fornecer condução.

Nota 3ª — Nos casos mencionados neste número, quando o ato fôr precedido de processo de rito sumariíssimo

Nota 4ª — Serão gratuitos todos os atos, inclusive as certidões, desde que se trate de pessoa comprovadamente pobre, mediante atestado de autoridade competente.

Nota 5ª — Serão fornecidas gratuitamente as certidões para fins previdenciários, de alistamento ou serviço militar e para outras finalidades expressamente declaradas em lei, delas constando sempre a nota relativa à sua destinação.

Nota 6ª — Nas retificações, quando os erros ou omissões se derem por culpa do cartório, nada será devido.

TABELA VIII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS

Nº 44 — Registro, averbação:

Item I — Pelo registro ou averbação integral de títulos, instrumentos de contratos, estatutos, compromissos ou outro documento sem valor declarado, pela primeira folha

Item II — Pelas subseqüentes, por folha NCr\$ 5,00.

Item III — Pelo registro ou averbação integral de títulos, instrumentos de contratos, estatutos, compromissos ou outro documento com valor declarado:

a)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$	10,00
b)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	15,00
c)	Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	20,00
d)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	25,00
e)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	40,00
f)	Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$	60,00
g)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$	80,00
h)	Até NCr\$ 150.000,00	NCr\$	100,00
i)	Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$	120,00
j)	Até NCr\$ 250.000,00	NCr\$	140,00
l)	Até NCr\$ 300.000,00	NCr\$	160,00
m)	Até NCr\$ 500.000,00	NCr\$	200,00
n)	De NCr\$ 500.000,01 em diante	NCr\$	300,00

Item IV — Pelo registro resumido ou referente a penhor, caução ou parceria, metade das custas mencionadas neste número.

Item V — Pelas averbações em geral NCr\$ 10,00

Item VI — Pelas notificações, incluída a averbação à margem do registro e a certidão lançada no documento NCr\$ 10,00

Item VII — Pela matrícula de oficinas impressoras, jornais e outros periódicos NCr\$ 50,00

Item VIII — Pela inscrição de associações sem fim lucrativo, incluído o arquivamento NCr\$ 15,00

Item IX — Pela inscrição de sociedades de fins lucrativos, incluído o arquivamento sobre o es-

NCr\$ 3,00

Item X — Pelas certidões, buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão NCr\$ 4,00

Nota 1ª — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela.

Nota 2ª — Fica assegurado, em qualquer caso, o mínimo de NCr\$ 5,00, e limitado o máximo NCr\$ 300,00.

TABELA IX
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO
DE PROTESTO DE TÍTULOS

Nº 45 — Potestos

Item I — Pelo valor do título:

a)	Até NCr\$ 5,00	NCr\$	1,00
b)	Até NCr\$ 10,00	NCr\$	2,00
c)	Até NCr\$ 20,00	NCr\$	3,00
d)	Até NCr\$ 50,00	NCr\$	4,00
e)	Até NCr\$ 100,00	NCr\$	5,00
f)	Até NCr\$ 200,00	NCr\$	7,00
g)	Até NCr\$ 300,00	NCr\$	8,00
h)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$	10,00
i)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	20,00
j)	Até NCr\$ 2.000,00	NCr\$	40,00
l)	De NCr\$ 2.000,01 em diante	NCr\$	50,00

Item II — Cancelamento de protesto ou averbação de pagamento NCr\$ 8,00

Item III — Intimação ou diligência, por pessoa NCr\$ 2,00

Item IV — Intimação por edital, cada pessoa NCr\$ 2,00

Item V — Pelas certidões, buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão NCr\$ 4,00

Nota 1ª — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela.

Nota 2ª — Fica assegurado, em qualquer caso, o mínimo de NCr\$ 1,00, e limitado o máximo em NCr\$ 50,00.

TABELA X
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO
DE INTERDIÇÕES, AUSÊNCIAS E
TUTELAS

Nº 46

Item I — Pelo Registro:

a)	De sentença declaratória de interdição ou da ausência	NCr\$	15,00
b)	De sentença de tutela ou curatela	NCr\$	15,00
c)	De termo de caução prestado em garantia de tutela ou curatela	NCr\$	10,00
d)	De termo de tutela ou curatela	NCr\$	10,00
e)	De qualquer outro ato ou sentença sujeito a registro	NCr\$	10,00

Nota única — Quando houver mais de um nome no processo de tutela, para cada nome excedente mais NCr\$ 2,00

Item II — Pelas certidões, buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão NCr\$ 4,00

**TABELA XI
DOS ESCRIVÃES**

Atos do escrivão:

Nos procedimentos, contesta-
los ou não, para os quais não
prescreva a lei rito especial,
bem assim nos contestados
que tomarem o rito ordinário,
sobre o valor da causa:

a) Até NCr\$ 500,00	NCr\$	10,00
b) Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	15,00
c) Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	20,00
d) Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	25,00
e) Até NCr\$ 15.000,00	NCr\$	30,00
f) Até NCr\$ 25.000,00	NCr\$	35,00
g) Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$	45,00
h) Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$	60,00
i) Até NCr\$ 150.000,00	NCr\$	75,00
j) Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$	100,00
l) Até NCr\$ 300.000,00	NCr\$	150,00
m) Até NCr\$ 500.000,00	NCr\$	250,00
n) De NCr\$ 500.000,01 em diante	NCr\$	300,00

Nota 1.^a — É vedada a con-
tagem progressiva e sob ne-
nhum título é permitido a co-
brança de qualquer importân-
cia não prevista na tabela.

Nota 2.^a — Nos processos es-
peciais conversíveis em rito
ordinário, quando não contes-
tados, e nos processos especiais
de instrução sumária, a me-
tade do taxado neste número.

Nota 3.^a — Nos processos es-
peciais não incluídos em ou-
tra nota, a metade do taxado
neste número.

Nota 4.^a — Nos processos de
acidentes do trabalho, haven-
do acôrdo homologado pelo
Juiz, as custas serão calcula-
das na base de 1.5% sobre o
valor da indenização a ser pa-
ga pelo empregador.

Nota 5.^a — Nos executivos fis-
cais em que houver embar-
gos, as custas serão devidas na
base mencionada neste nú-
mero, sobre o valor do débito.

Nota 6.^a — Nos executivos fis-
cais em que o réu pagar o dé-
bito no prazo dos embargos,
as custas serão reduzidas pela
metade do taxado neste nú-
mero.

Nota 7.^a — Nas justificações
para qualquer fim, por todo o
processado, inclusive autuação NCr\$ 20,00

Nota 8.^a — Nos processos com-
preendidos em qualquer das
especificações deste número,
quando de valor inestimável,
por todo o processado, inclu-
sive autuação NCr\$ 20,00

Nota 9.^a — Nos mandados de
segurança, com ou sem valor
declarado, por todo o proces-
sado NCr\$ 30,00

Nota 10.^a — Nos mandados de
segurança de valor inestimá-
vel, por todo o processado, in-
clusive autuação NCr\$ 20,00

Nota 11.^a — Nas falências e

Nota 12.^a — Além dessas cus-
tas, perceberá o escrivão, nas
habilitações retardatárias de
créditos e nos processos de
restituição de mercadorias, 1%
sobre o valor dos créditos ou
das mercadorias.

Nota 13.^a — Nos processos de
impugnação de crédito, por to-
do o processado, inclusive au-
tuação NCr\$ 15,00

Nota 14.^a — Nos processos de
extinção de obrigações, 1% so-
bre o valor dos créditos reco-
nhecidos, assegurado o mínimo
de NCr\$ 10,00 e limitado o
máximo em NCr\$ 50,00.

Nota 15.^a — Nos processos de
naturalização NCr\$ 25,00

Nota 16.^a — Pelo cumprimento
de precatórias, rogatórias e
cartas de ordem, por todo o
processado, inclusive autuação:

a) citatória	NCr\$	10,00
b) inquiritória	NCr\$	20,00

Nota 17.^a — Nas execuções,
quando processadas em autos
apartados, por todo o proces-
sado, inclusive autuação NCr\$ 25,00

Nota 18.^a — Nas execuções,
quando processadas nos pró-
prios autos da ação, por todo o
processado, inclusive autuação NCr\$ 15,00

Nota 19.^a — Nos recursos de
terceiro prejudicados NCr\$ 10,00

Nota 20.^a — Nas apelações,
agravos de petição ou de ins-
trumento, além das custas de
traslado NCr\$ 10,00

Nota 21.^a — Nos embargos de-
claratórios NCr\$ 10,00

Nota 22.^a — Nos embargos de
nulidade ou infringentes do
julgado, em causa de alçada NCr\$ 10,00

Nota 23.^a — Nos processos de
execução de sentença, pela li-
quidação, sobre o valor liqui-
dado, a terça parte do taxado
neste número, assegurado o
mínimo de NCr\$ 15,00 e limi-
tado o máximo em 30,00.

Nota 24.^a — Pela execução pró-
priamente dita, sobre o valor
do pedido, a terça parte do
taxado neste número, assegu-
rado o mínimo de NCr\$ 15,00
e limitado o máximo em NCr\$
30,00.

Nota 25.^a — Pelos desentranha-
mentos, NCr\$ 0,50 além das
custas do traslado, se houver.
Nota 26.^a — Certidões extral-
das de autos, livros ou docu-
mentos, em breve relatório ou
"verbo ad verbum" e traslados
de documentos ou de peças do
processo, inclusive folhas de
pagamento em partilha e divi-
são, formais de partilha, alva-
rás de qualquer natureza, car-
tas de arrematação sentença,
adiudicação, remição ou qual-

gina NCr\$ 4,00, e por página que se seguir NCr\$ 2,00.

Nota 27.^a — Pelas buscas para extração dos documentos mencionados na nota anterior, até 1 ano NCr\$ 1,00; de mais de 1 até 5 anos NCr\$ 3,00; de mais de 5 até 10 anos NCr\$ 5,00; de mais de 10 até 20 anos NCr\$ 8,00; de mais de 20 anos NCr\$ 10,00.

Nota 28.^a — Nada se cobrará pela busca quando o interessado indicar o livro ou autos em que foi lavrado o documento ou a data destes.

Nota 29.^a — Pelas informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão, a metade das custas da nota 25.^a, exceto ao advogado no exercício da profissão.

Nota 30.^a — Pelos autos de arrematação, de adjudicação, ou de remição 1%, sobre o valor dos bens arrematados, adjudicados, ou remidos, assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 30,00.

Nota 31.^a — Nos processos criminais, por folha dos autos, NCr\$ 0,40, assegurado o mínimo NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 300,00.

Nota 32.^a — Não serão contadas as folhas do inquérito policial e as que forem acrescidas em instância de recurso, bem assim as em branco.

Nota 33.^a — “Habeas-Corpus” e quaisquer incidentes em processos criminais, desde que processados em autos apartados, as custas da nota 30.^a.

Nota 34.^a — Pelas folhas corridas, certidões de antecedentes criminais e certidões negativas, de cada pessoa nelas designadas NCr\$ 4,00

Nota 35.^a — As custas desta tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo processo, inclusive os mandados, as precatórias de citação, intimação ou notificação, os editais para citação inicial e, nos mandados de segurança, o ofício requisitando informações à autoridade coatora.

Nota 36.^a — Além das custas, terá o escrivão direito de se reembolsar das despesas feitas com a expedição de correspondência telegráfica, telefônica ou postal, comprovadas nos autos.

Nota 37.^a — Nos casos de desistência da ação, de transação, de confissão ou de retratação que ponha termo ao processo, quando efetivadas antes da audiência de instrução e julgamento ou sendo o processo de rito es-

ção devidas pela terça parte do taxado no respectivo item.

Nota 38.^a — Havendo redistribuição do feito determinada por incompetência do Juízo, caberão aos escrivães que o processaram custas proporcionais aos atos nêle praticados, arbitrada pelo Juiz competente, à vista da tabela respectiva.

Nota 39.^a — Para as custas mencionadas nas alíneas “a” a “n”, deste número, inclusive as notas 4.^a e 10.^a, fica assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 300,00, salvo as limitações previstas nas outras notas do mesmo número.

Nota 40.^a — Para as custas mencionadas nas notas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 8.^a e 11.^a deste número, fica assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 100,00.

Nota 41.^a — Para as custas mencionadas na nota 5.^a, deste número, fica assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 150,00.

TABELA XII DOS ESCRIVÃES DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES, AUSENTES, INTERDITOS, PROVIDORIA E RESÍDUOS

Nº 48 — Ato do escrivão:

Nos inventários, arrolamentos, partilhas judiciais, arrecadações de bens de ausentes ou vagos, extinção de usufruto ou fideicomisso, sobre o valor do monte mor ou dos bens, deduzidas as dívidas:

a) Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 15,00
b) Até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 20,00
c) Até NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 35,00
d) Até NCr\$ 6.000,00	NCr\$ 55,00
e) Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 80,00
f) Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 100,00
g) Até NCr\$ 40.000,00	NCr\$ 200,00
h) Até NCr\$ 60.000,00	NCr\$ 300,00
i) Até NCr\$ 80.000,00	NCr\$ 400,00
j) Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$ 500,00
l) Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$ 600,00
m) Até NCr\$ 300.000,00	NCr\$ 750,00
n) De NCr\$ 300.000,01 em diante	NCr\$ 1.000,00

Nota 1.^a — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela, ressalvado o disposto na Nota 22.^a deste número.

Nota 2.^a — As custas fixadas neste número remuneram todos os atos do escrivão, inclusive autuação, mandados, certidões, termos diversos, formais de partilha ou folhas de pagamento.

Nota 3.^a — Nas precatórias avaliatórias, para pagamento ou não do imposto de trans-

Nota 4.^a — Nos inventários entre maiores (CPC, art. 517), nos arrolamentos (CPC, art. 512), e nos inventários com o rito de arrolamento (CPC, art. 523), o cálculo das custas obedecerá à seguinte tabela, assegurado o mínimo de NCr\$ 15,00:

a) Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 15,00
b) Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 20,00
c) Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 30,00
d) Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$ 50,00
e) Até NCr\$ 500.000,00	NCr\$ 100,00
f) Até NCr\$ 1.000.000,00	NCr\$ 150,00
g) De NCr\$ 1.000.000,01 em diante	NCr\$ 200,00

Nota 5.^a — Se o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, as custas serão cobradas pela metade do taxado neste número, assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 500,00.

Nota 6.^a — Nos inventários negativos, por todo o processado, inclusive autuação e certidão final NCr\$ 15,00

Nota 7.^a — Nos desquites amigáveis, por todo o processado, inclusive remessa à instância superior NCr\$ 35,00

Nota 8.^a — Nos desquites litigiosos, por todos o processado NCr\$ 100,00

Nota 9.^a — Nos desquites judiciais, inexistindo acôrdo entre as partes quanto à partilha dos bens, o cálculo de custas pelo inventário e partilha judicial obedecerá à tabela da nota 4.^a deste capítulo.

Nota 10.^a — Pelo cumprimento de precatórias, salvo as previstas nas notas 2.^o e 3.^o, deste número, rogatórias e cartas de ordem, por todo o processado NCr\$ 10,00

Nota 11.^a — Nos recursos de terceiros prejudicado NCr\$ 10,00

Nota 12.^a — Nas apelações, agravos de petição ou de instrumento, além das custas do traslado NCr\$ 10,00

Nota 13.^a — Nos embargos declaratórios NCr\$ 10,00

Nota 14.^a — Nos embargos de nulidade ou infringentes do julgado, em causa de alçada NCr\$ 10,00

Nota 15.^a — Pelos desentranhamentos, NCr\$ 0,50 além das custas do traslado, se houver.

Nota 16.^a — Certidões extraídas de autos, livros ou documentos, em breve relatório ou "verbo ad verbum" e traslados de documentos ou de peças do processo, inclusive folhas de pagamento em partilha e divisões, formais de partilha, alvarás, de qualquer natureza,

gina NCr\$ 4,00, e por página que se seguir NCr\$ 2,00.

Nota 17.^a — Pelas buscas para extração dos documentos mencionados na nota anterior, até 1 ano, NCr\$ 1,00; de mais de 1 até 5 anos, NCr\$ 3,00; de mais de 5 até 10 anos, NCr\$ 5,00; de mais de 10 até 20 anos NCr\$ 8,00; de mais de 20 anos NCr\$ 10,00.

Nota 18.^a — Nada se cobrará pela busca quando o interessado indicar o livro ou autos em que foi lavrada o documento ou a data destes.

Nota 19.^a — Pelas informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão, a metade das custas da nota 16.^a, exceto ao advogado no exercício da profissão.

Nota 20.^a — Pelos autos de arrematação, de adjudicação, ou de remição 1%, sobre o valor dos bens arrematados, adjudicados, ou remidos, assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 30,00.

Nota 21.^a — As custas desta tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo processo, inclusive os mandados, as precatórias de citação, intimação ou notificação, os editais para citação inicial.

Nota 22.^a — Além das custas, terá o escrivão direito de se reembolsar das despesas feitas com a expedição de correspondência telegráfica, telefônica ou postal, comprovadas nos autos.

Nota 23.^a — Nos casos de desistência da ação, transação, confissão ou retratação que ponha termo ao processo, quando efetivadas antes da audiência de instrução e julgamento ou sendo o processo de rito especial, antes de vencido o prazo de defesa, as custas serão devidas pela terça parte do taxado no respectivo número.

Nota 24.^a — Havendo redistribuição do feito determinada por incompetência do Juízo, caberão aos escrivães que o processaram custas proporcionais aos atos nele praticados, arbitrada pelo Juiz competente, à vista da tabela respectiva.

Nota 25.^a — Para as custas mencionadas nas alíneas "a" a "n", deste número, fica assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 1.000,00, salvo as limitações previstas nas outras notas do mesmo número.

do taxado neste número, assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 1.000,00.

Nota 27.^a — Nos processos especiais não incluídos em outra nota, a metade do taxado neste número, ficando assegurado o mínimo de NCr\$ 5,00 e limitado o máximo em NCr\$ 1.000,00.

Nota 28.^a — Nas justificações para qualquer fim, por todo o processado, inclusive autuação NCr\$ 20,00

Nota 29.^a — Os formais de partilha ou certidões de pagamentos serão extraídos e entregues aos interessados após 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da sentença, sob pena de responsabilidade do escrivão, independentemente de qualquer outro pagamento.

TABELA XIII ATOS DOS AVALIADORES

Nº 49 — Avaliação:

Pelas avaliações de quaisquer bens e pelos arbitramentos, incluindo o laudo:

a)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$ 5,00
b)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 10,00
c)	Até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 20,00
d)	Até NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 25,00
e)	Até NCr\$ 6.000,00	NCr\$ 30,00
f)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 60,00
g)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 100,00
h)	Até NCr\$ 40.000,00	NCr\$ 140,00
i)	Até NCr\$ 60.000,00	NCr\$ 180,00
j)	Até NCr\$ 80.000,00	NCr\$ 220,00
l)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$ 250,00
m)	De NCr\$ 200.000,01 em diante	NCr\$ 280,00

Nota 1.^a — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela.

Nota 2.^a — Os avaliadores terão direito à diligência de NCr\$ 1,00 na zona urbana ou suburbana e a NCr\$ 0,20 por quilômetro de ida e volta, na zona rural.

Nota 3.^a — As custas serão calculadas sobre o valor dos bens avaliados.

Nota 4.^a — A avaliação por êle realizada, de bens situados em outras comarcas, dará ao avaliador direito às custas respectivas.

TABELA XIV DOS PERITOS

Nº 50 — Perícia:

As custas dos peritos serão fixados pelo juiz da causa, que atenderá à relevância, dificuldade e tempo despendido no trabalho, ao valor da causa e à condição financeira das partes. observados os seguintes li-

a) perícias médicas em ações de acidente do trabalho, mínimo de NCr\$ 5,00 e máximo de NCr\$ 40,00.

b) Perícias contábeis nos processos de falência, pelo serviço de exame da escrituração do falido, extratos necessários à verificação dos créditos, inclusive o laudo do exame procedido na contabilidade, até o máximo de 2 vezes o salário-mínimo vigente na região.

c) Tratando-se do trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa comportar e o Juiz autorizar, ajustar as custas do perito além daquele mínimo, até o máximo de 10 vezes o salário-mínimo vigente na região.

d) Pela verificação das contas extraídas dos livros comerciais e verificadas, judicialmente, nos livros de um ou de outro, por dois peritos, para cada um, até o valor correspondente à metade do salário-mínimo vigente na região.

e) Outras perícias, exames ou vistorias, o mínimo de NCr\$ 6,00 limitado o máximo em NCr\$ 150,00.

Nota 1.^a — Nas perícias, exames e vistorias sobre objetos de especial complexidade, ou quando se faça exigível estudo aprofundado ou verificação demorada, o Juiz poderá fixar as custas do perito em até o dobro do máximo previsto neste número, quando o comportem o valor da causa e a condição financeira das partes.

TABELA XI DOS INTÉRPRETES E TRADUTORES

Nº 51 — Interpretação e tradução:

a)	Exame para verificação de exatidão de traduções	NCr\$ 10,00
b)	Se o exame durar mais de uma audiência, o Juiz, no fim do exame, fixará diária de NCr\$ 5,00, cujo total não poderá exceder de	NCr\$ 25,00
c)	Tradução de documentos, por folha datilografada	NCr\$ 10,00
d)	Por folha manuscrita	NCr\$ 12,00
e)	Pela segunda ou mais vias de tradução, devidamente autenticadas e assinadas, cobrar-se-á, cada via	NCr\$ 5,00
f)	Intervenção em depoimentos, interrogatório ou outro ato judicial	NCr\$ 10,00
g)	Pela reinquirição, mais	NCr\$ 5,00

TABELA XII DOS DISTRIBUIDORES

Nº 52

Item I — Distribuição:

	gresso em Juízo, que deva ser distribuída, de escritura e de habilitação de casamento	NCr\$	0,30
b)	De títulos ou documentos para registro	NCr\$	0,50
c)	De títulos para protesto	NCr\$	0,30
d)	Retificação, mudança de rito, averbação, exclusão, inclusão, cancelamento ou baixa na distribuição, quando não decorrer de erro ou equívoco do cartório. . . .	NCr\$	0,50
Item II	— Pelas certidões em Geral, inclusive negativas	NCr\$	4,00
Item III	— Pelas buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão	NCr\$	4,00

TABELA XIII
DOS PARTIDORES

Nº. 53

Item I — Pelo esboço de partilha ou sobre-partilha:

a)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$	10,00
b)	Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	15,00
c)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	20,00
d)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	25,00
e)	Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$	30,00
f)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$	40,00
g)	De NCr\$ 100.000,01 em diante	NCr\$	50,00

Nota 1.^a — Pela retificação ou reforma do esboço de partilha ou sobre partilha, quando não determinada por erro do partidor, será devida apenas a metade do taxado neste item

Nota 2.^a — Quando o passivo absorver 80% ou mais do valor ativo, as custas ficarão reduzidas à metade, respeitado o mínimo estabelecido

Nota 3.^a — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela.

Item II	— Pelo rateio de qualquer natureza ou espécie	NCr\$	10,00
Item III	— Pelas certidões em geral	NCr\$	4,00
Item IV	— Pelas buscas e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão	NCr\$	4,00

TABELA XIV
DOS CONTADORES

Nº. 54

Item I — Pela conta de custas ou cálculo de qualquer natureza, em qualquer processo, sobre o valor da causa:

a)	Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	10,00
b)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	15,00

Nota 1.^a — É vedada a contagem progressiva das custas previstas nesta tabela.

Nota 2.^a — As custas relativas aos atos de execução de sentença corresponderão a 2/3 (dois terços) das previstas neste item.

Item II — Pelas certidões em geral NCr\$ 4,00

Item III — Pelas buscas, diligências e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão NCr\$ 4,00

Item IV — Pelas contas de liquidação, inclusive de juros e rateio, sobre o valor liquidado, 1% (um por cento), assegurado o mínimo de NCr\$ 3,00 e limitado o máximo em NCr\$ 10,00.

Item V — Pelo cálculo em inventário, ou arrolamento, qualquer que seja o número dos herdeiros e das sucessões; para cálculo de imposto; para formação do ativo e passivo, para instituição ou extinção de usufruto, inclusive a conta dos impostos; para liquidação de bens de defunto; de ausentes ou de eventos; cálculo de vintena; honorários; comissões; porcentagens e quaisquer outros, sobre o valor de que resulte a conta, 1% (um por cento), assegurado o mínimo de NCr\$ 10,00 e limitado o máximo em NCr\$ 20,00.

Item VI — Pela redução de cada papel de crédito, obrigação da dívida pública ou outro título de moeda estrangeira à nacional ou vice-versa NCr\$ 10,00

Item VII — Pela retificação de cálculo, de conta de custas ou de liquidação, quando não determinada por erro do contador, a metade do taxado no respectivo item.

Nota 3.^a — Quando o ativo líquido não exceder de 20% (vinte por cento) do bruto, as custas previstas na tabela serão devidas pela metade.

TABELA XV

DOS DEPOSITÁRIOS

Nº. 55

Item I — Pelo depósito de imóveis urbanos ou rurais, sobre seu valor:

a)	Até NCr\$ 500,00	NCr\$	15,00
b)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	20,00
c)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	25,00
d)	Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	30,00
e)	Até NCr\$ 50.000,00	NCr\$	35,00
f)	Até NCr\$ 100.000,00	NCr\$	50,00
g)	Até NCr\$ 200.000,00	NCr\$	70,00
h)	De NCr\$ 200.000,01 em diante	NCr\$	100,00

Nota 1.^a — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não pre-

Nota 2ª. — Quando sobre os bens depositados recair mais de uma penhora, serão devidas, além das ordinárias, custas pela metade, em relação a cada penhora subsequente à que determinou o depósito.

Nota 3ª. — No pagamento das custas que cabem ao depositário judicial não está incluída a indenização das despesas justificadas e comprovadas com a guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, a que terá sempre o direito a que serão pagas em espécie, depois de aprovadas pelo Juiz.

Nota 4ª. — Quando o interessado no levantamento e o depositário não acordarem no valor dos bens depositados, será determinada sua avaliação judicial.

Item II — Pelas certidões em geral ..	NCr\$	4,00
Item III — Pelas buscas, diligências e informações verbais, quando o interessado dispensar a certidão	NCr\$	4,00

TABELA XVI *

DOS PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS

Nº. 56 — Atos do porteiro :

Item I — Pelo registro de qualquer petição, precatória ou outro documento	NCr\$	0,20
Item II — Pelo pregão em audiência, qualquer que seja o número dos apregoados	NCr\$	0,20
Item III — Pela afixação de editais de qualquer natureza, incluída a respectiva certidão	NCr\$	0,30
Item IV — Pelo pregão em hasta pública, sobre o valor dos bens arrematados ou arrematados:		
a) Até NCr\$ 200,00	NCr\$	3,00
b) Até NCr\$ 500,00	NCr\$	5,00
c) Até NCr\$ 2.000,00	NCr\$	10,00
d) Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	15,00
e) Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	20,00
f) Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	25,00
g) De NCr\$ 20.000,01 em diante.	NCr\$	30,00

Nota 1ª. — É vedada a contagem progressiva e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não prevista na tabela, ficando assegurado o mínimo de NCr\$ 3,00 e limitado o máximo em NCr\$ 30,00 para as custas previstas no item IV.

Nota 2ª. — Havendo remição ou adjudicação, as custas serão devidas pela metade.

Item V — Pelas certidões em geral ..	NCr\$	4,00
Item VI — Pelas buscas, diligências e informações verbais, quando o interessado dispensar a		

TABELA XVII DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Nº. 57 — Atos do oficial:

Item I — Citação, intimação, notificação, inclusive condução e contra-fé, por mandado:		
a) No centro da cidade	NCr\$	4,00
b) Em zona urbana	NCr\$	5,00
c) Em zona suburbana	NCr\$	7,00
d) Em zona rural	NCr\$	12,00
Item II — Diligência de penhora, sequestro, arresto, despejo, arrolamento, levantamento, busca e apreensão, arrombamento, imissão de posse, reintegração de posse e outros não especificados, inclusive atos complementares, condução e autos, sobre o valor da causa:		
a) Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	5,00
b) Até NCr\$ 5.000,00	NCr\$	10,00
c) Até NCr\$ 20.000,00	NCr\$	15,00
d) De NCr\$ 20.000,00, em diante	NCr\$	20,00

Nota 1ª. — Para os atos mencionados nas alíneas "a" a "d" do item I deste número, com hora certa, mais NCr\$ 2,00.

Nota 2ª. — Para os atos mencionados nas alíneas "a" e "d" do item I deste número, por pessoa que acrescer, sendo encontrada no mesmo local da primeira, NCr\$ 0,50; em outro local, NCr\$ 1,00.

Nota 3ª. — As taxas especificadas neste número remuneram também a respectiva certidão, vedada qualquer contagem progressiva.

Nota 4ª. — Quando o ato for realizado em zona rural, mais NCr\$ 0,10 por quilômetro de ida e volta, até o máximo de NCr\$ 20,00.

Nota 5ª. — Quando o ato, por determinação legal, deva ser praticado por dois oficiais de justiça as custas do oficial acompanhante serão calculadas com redução de 50% sobre as destinadas ao encarregado da diligência.

Nota 6ª. — Quando o Juiz da causa determinar a realização da audiência em domingo ou dia em que não haja expediente forense, as custas serão contadas em dobro.

Nota 7ª. — Os oficiais de justiça que acompanharem o Juiz em diligência terão direito a perceber diárias arbitradas pelo Juiz da causa, que levará em consideração, além de outras circunstâncias relevantes, o local da diligência e os meios de transportes utilizados, até o limite máximo de 1/8 (um oitavo) do salário mínimo da Capital, por dia.

Nota 8ª. — As citações, intimações e notificações feitas no mesmo local e à mesma hora, de marido e mulher, de menores e seus pais ou tutores, quando estes representados ou

Nota 10ª. — Não serão devidas custas pelas notificações, citações e intimações de autoridades judiciárias ou servidores da justiça, bem como dos órgãos do Ministério Público e representantes da Fazenda Pública Estadual, nos feitos em que funcionem

TABELA XVIII

DA VARA DE MENORES

Nº. 58 — Atos:

a)	Autorização de viagem para o exterior	NCr\$	10,00
b)	Para outro Estado	NCr\$	3,00
c)	Para o interior do Estado	NCr\$	1,00
d)	Autorização para diversões, através de rádio, teatro, televisão, cinema e hotel	NCr\$	25,00
e)	Idem através de circo, clube social e desportivo e federações ..	NCr\$	12,00
f)	Auto de infração prevista no código de Menores	NCr\$	50,00
g)	Guarda e responsabilidade de guarda mediante soldado, tutela adoção ou emancipação ..	NCr\$	1,00
h)	Delegação de pátrio-poder	NCr\$	1,00
i)	Atestado ou autorização de qualquer natureza	NCr\$	1,00

Nota 1ª. — Quando o Juiz de Menores verificar que as condições econômicas das partes lhes dificultam o pagamento das taxas fixadas na tabela de seu Juízo, poderá dispensá-las, fundamentalmente.

Nota 2ª. — Esses emolumentos são destinados a despesas do expediente da Vara de Menores, devendo ser regularmente escriturados e recebidos pelo funcionário designado pelo Juiz, sendo a importância respectiva cotada à margem do documento.

Nota 3ª. Mensalmente, o Juiz fará um balancete demonstrativo da receita e despesa proveniente da arrecadação dos emolumentos e o encaminhará à Corregedoria de Justiça, para a devida apreciação e aprovação.

TABELA XIX

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Nº. 59 — Atos:

Item I — Agravos de petição ou de instrumento, sobre o valor da causa:

a)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	5,00
b)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	10,00

c) De NCr\$ 10.000,01 em diante NCr\$ 20,00

Item II — Agravo de despacho admitido ou não embargos de nulidade, embargos de declaração ou desistência, em processo civil, sobre o valor da causa:

a)	Até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	3,00
b)	Até NCr\$ 10.000,00	NCr\$	6,00
c)	De NCr\$ 10.000,01 em diante	NCr\$	30,00
d)	Em processo criminal	NCr\$	5,00

Item III — Diversos:

a)	Apelação do Tribunal	NCr\$	10,00
b)	Apelação do Juiz de Direito	NCr\$	5,00
c)	Baixa de processo à primeira instância	NCr\$	5,00

d) Deserção de recurso não preparado no prazo legal, a taxa mínima de recurso interposto; não havendo taxa mínima, metade da fixa.

e) Embargos de nulidade em processo civil ou criminal, em todos os demais recursos interpostos e arrazoados em segunda instância, salvo a alínea anterior, metade das custas da apelação ou agravo, conforme o caso.

f) "Habeas-corpus", originário ou em grau de recurso NCr\$ | 5,00 |

g) Precatória para qualquer fim .. NCr\$ | 3,00 |

h) Processo originários, artigos de atentado ou de suspeição e processos de responsabilidade NCr\$ | 5,00 |

i) Conflitos de jurisdição, correição, habilitação de herdeiros, reclamação NCr\$ | 3,00 |

j) Recurso de competência originária do Tribunal Pleno, de qualquer Câmara ou Tribunal salvo "habeas-corpus" NCr\$ | 8,00 |

1) Criminal, de juiz de Direito NCr\$ | 4,00 |

m) Havendo inquirição de testemunhas e audiências NCr\$ | 15,00 |

n) Revisão de numeração das folhas dos autos, de cada folha numerada e rubricada NCr\$ | 0,20 |

o) Provisão, para qualquer fim .. NCr\$ | 5,00 |

Nota 1ª. — Para os casos do item I e das alíneas "a", "b" e "c" do item II, ficam assegurado o mínimo de NCr\$ 3,00 e limitado o máximo em NCr\$ 30,00.

Nota 2ª. — As custas desta tabela serão distribuídas aos funcionários pelos atos que praticarem.

Nota 3ª. — É vedada a contagem progressiva dos valores previstos nos itens I e II deste número, e sob nenhum título é permitida a cobrança de qualquer importância não previstas na tabela.

P.O. 07-05-1970